

Cooperação Internacional: a Interface com a Extensão Universitária

Área Temática de Gestão da Extensão

Resumo

São apresentadas possibilidades de atuação conjunta, envolvendo as assessorias de cooperação internacional e as pró-reitorias de extensão das universidades brasileiras. Ressalta-se, inicialmente, no contexto da discussão sobre a Reforma Universitária brasileira, que a educação deve ser considerada bem público e parte decisiva de um planejamento nacional, bem como que a educação superior é condição de soberania na cooperação internacional. Na temática de institucionalização e gestão, além do aspecto mais facilmente reconhecível para essas ações, o do intercâmbio, são também assinaladas as possibilidades, e demonstrados exemplos atuais no Brasil, de desenvolvimento de estratégias comuns dos setores acadêmicos para implementação de política institucional, a participação em organismos e eventos internacionais e o desenvolvimento de projetos colaborativos internacionais.

Autores

Edison José Corrêa – Pró-Reitor de Extensão da UFMG (2000-2006), presidente do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (2002-2004).

Sandra Regina Goulart Almeida – Diretora de Relações Internacionais da UFMG (2002-2006).

Instituição

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Palavras-chave: extensão universitária; cooperação internacional; gestão universitária.

Introdução e objetivo

A convite, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – representado por seu presidente – participou de mesa-redonda sobre o tema Interfaces da Cooperação Internacional, na XVI Reunião Anual do Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais – FAUBAI –, em Brasília, em 26 de maio de 2004. Também participaram representantes dos fóruns das áreas de graduação e de pós-graduação e pesquisa. O convite suscitou uma reflexão sobre como a extensão universitária brasileira tem participado em movimentos de cooperação internacional, como coadjuvante dos setores acadêmicos, e que ações específicas poderiam ser implementadas.

A primeira constatação é que essa inserção da extensão universitária não deve ser entendida de forma setorial – como mais um campo de ação extensionista, ou de qualquer outra área acadêmica –, mas dentro de um projeto institucional da universidade. Conjunturalmente, vive-se um momento particularmente importante, em que a universidade brasileira é chamada a posicionar-se e contribuir para a efetiva implementação de políticas públicas e de desenvolvimento. Para essas políticas, a universidade deverá ter respostas, nos mais diversos campos – educação, cultura, saúde, meio ambiente, tecnologia, trabalho, comunicação, direitos humanos, entre outros, com uma contribuição que deve abranger aspectos de formação de pessoas – na graduação, pós-graduação e educação continuada –, de investigação e inovação, e de interação social – núcleo básico da extensão universitária, com abrangência nacional e internacional.

A inserção internacional da universidade brasileira – com participação do setor acadêmico de extensão –, mais do que uma rotina institucional é uma obrigação para quem pensa em enfrentar e vencer os desafios, colocados pelo mundo e pela sociedade brasileira às instituições nacionais de ensino superior. Essa preocupação é atualmente mais reforçada nas discussões sobre a Reforma Universitária, nas quais o tema da cooperação internacional deve ter importância indiscutível.

O documento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior (ANDIFES) – REFORMA UNIVERSITÁRIA: PROPOSTA DA ANDIFES PARA A REESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL –, apresentado como contribuição ao debate nacional, ao tratar da necessidade de uma política de estado para a educação superior, afirma:

"Como política de Estado, as mudanças no sistema educacional devem ser orientadas por objetivos de longo prazo e por uma concepção clara da missão da educação superior, de seus desafios e compromissos com a Nação. Dizendo respeito ao Estado, e não apenas a governos, a política relativa ao ensino superior é parte inseparável de um projeto de nação. Contrariamente ao que vem sendo veiculado nas reuniões do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS) e da Organização Mundial do Comércio (OMC), a educação deve ser considerada bem público e parte decisiva de um planejamento nacional".

E mais:

"O exercício da função reguladora por parte do Estado e a vigorosa participação pública constituem condições imprescindíveis para que evitemos o tratamento da educação como mercadoria e sua subordinação aos interesses das elites políticas e econômicas, que, de forma tão perversa, continuam a acentuar a desigualdade social que marca a história brasileira. Além disso, as condições da globalização no mundo contemporâneo indicam a estreita aliança entre o desenvolvimento nacional e a capacidade das nações em constituir parques de conhecimento sólidos e duradouros. A desatenção para com a educação superior, solo majoritário do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural, tem como consequência inevitável para as nações a renúncia à soberania. Ressalte-se que, nas instituições públicas, majoritariamente, é conduzida a pesquisa científica nacional. Nelas foram desenvolvidas tecnologias e conhecimentos que alavancaram as atividades mais exitosas da sociedade brasileira em todos os setores da atividade humana. Como consequência, reúnem um acervo cuja construção demandou não apenas recursos financeiros, mas anos de qualificação dos recursos humanos. É fundamental que o encaminhamento do debate sobre autonomia proponha uma nova relação das IFES com os fundos setoriais, agências de fomento, empresas e outras organizações financiadoras da inovação, da pesquisa e do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural. A revisão dessas relações é fundamental para o almejado desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, cultural e social do País. Esse novo relacionamento, preservando a liberdade acadêmica, deverá priorizar e fortalecer as iniciativas institucionais e o trabalho coletivo".

Esse princípio da educação superior como política de Estado, no documento da ANDIFES, é reforçado, ainda, no item a seguir, ao abordar a cooperação internacional.

"A educação superior universitária é condição de soberania na cooperação internacional".

A educação sempre foi absolutamente estratégica para o desenvolvimento das nações. Nos últimos anos, no contexto da chamada "globalização", o valor da educação tornou-se mais evidente. É flagrante a relação existente entre educação, em geral, e desenvolvimento econômico, social e humano. Hoje, mais do que ontem, uma nação que se mostra incapaz de sustentar um sistema de educação superior independente, pertinente e qualificado, voltado para a formação de seu povo, para a geração e a disseminação do conhecimento, de fato, abdica de sua soberania. A educação superior que associa ensino e pesquisa deve ser tratada,

sem hesitação, como um dos mais preciosos e estratégicos investimentos na construção das nações contemporâneas".

Para tal, o referido documento apresenta como estratégia: "Formular e estimular programas de intercâmbio de âmbito regional, nacional e internacional, envolvendo a cooperação acadêmica e a mobilidade de estudantes, professores e pesquisadores, visando ao aprofundamento das relações do Brasil com outras nações".

Nas universidades brasileiras, para os debates e encaminhamentos, essas questões têm que ter a abrangência do projeto institucional, com interação de todos os setores acadêmicos. Do ponto de vista operacional, Diretoria de Relações Internacionais (DRI) e Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade Federal de Minas Gerais, ao lado das outras instâncias universitárias, têm buscado fazer uma reflexão e aproximar suas concepções, metodologias e planos de trabalho para que se instale uma política institucional de cooperação internacional.

Para tal, assim poderiam ser vislumbrados os papéis de cada setor:

A Diretoria de Relações Internacionais, ligada ao Gabinete da Reitora, apresenta-se como instância articuladora das relações acadêmico-científicas internacionais, captando, implementando e acompanhando projetos e parcerias interuniversitários. Tem por missão atuar junto com os demais órgãos da administração central no sentido de inserir a UFMG no cenário internacional, para que se fortaleça a interação com instituições do exterior. Responde pelos contatos internacionais da Universidade, pela execução de eventos, assessoria e convênios internacionais assumidos pela UFMG, pelas articulações internas junto aos setores acadêmicos e de administração e planejamento, bem como a representação e cooperação com as outras universidades brasileiras, com sua participação no Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais – FAUBAI. Como agente propulsor das atividades de internacionalização da UFMG, a Diretoria de Relações Internacionais incumbe-se da construção de parcerias de qualidade com instituições estrangeiras, da captação, implementação e acompanhamento de acordos, convênios e programas interuniversitários internacionais, do gerenciamento de programas de intercâmbio acadêmico, da divulgação de oportunidades acadêmicas internacionais junto a comunidades interna e externa à UFMG. Para a consecução desse objetivo, a DRI presta assessoria na elaboração de acordos e convênios, acompanha e avalia os convênios e acordos vigentes, oferece suporte logístico e operacional necessário à viabilização de projetos de cooperação internacional, gerencia fundos de apoio a iniciativas internacionalizantes, coordena o comitê de internacionalização da UFMG, capta e divulga as informações relacionadas às ofertas de oportunidades internacionais, gerencia programas de cooperação nas suas diversas modalidades e busca, ainda, sensibilizar a comunidade universitária para a importância das experiências institucionais de nível internacional.

A Pró-Reitoria de Extensão planeja e executa a política de extensão da Universidade e os programas institucionais de bolsas acadêmicas, de apoio a programas e projetos, de publicações. Por suas coordenadorias, assessora as atividades dos centros de extensão das escolas, faculdades e institutos e acompanha a implantação e o desenvolvimento dos programas e projetos das unidades acadêmicas e os interinstitucionais. Contribui para o conjunto das universidades públicas com sua participação no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – em especial, nesse Fórum, com a gestão da página eletrônica da Rede Nacional de Extensão Universitária www.renex.org.br e a do Sistema de Informação da Extensão SIEXBRASIL.

Pensando o conjunto das universidades brasileiras, pró-reitorias de extensão e assessorias de cooperação internacional, articuladas em um projeto institucional que lhes ultrapasse, envolvendo toda a instituição de ensino, poderiam atuar em várias vertentes.

Em um primeiro aspecto – vertente de intercâmbio, mais frequentemente associada à missão das assessorias de cooperação internacional e com, ainda, pouca participação das pró-reitorias de extensão – deve-se atender a necessidades inadiáveis, tais como:

Possibilitar aos estudantes de graduação e pós-graduação novos campos de experiência, na formação e na pesquisa.

Oferecer aos docentes a possibilidade de ampliar o alcance das suas atividades acadêmicas – ensino, pesquisa e extensão –, pela participação em encontros, congressos, seminários, estágios, programas e projetos especiais e cursos – inclusive a distância – promovidos com/por universidades estrangeiras.

Incentivar a participação de pesquisadores-visitantes e professores de universidades estrangeiras em atividades nas universidades brasileiras – vivências internacionais, orientação etc.

Otimizar pesquisas desenvolvidas com a participação de recursos humanos e/ou financeiros, do exterior.

Paralelamente, e superando a ação de intercâmbio, os novos cenários políticos, econômicos e sociais do planeta permitem viabilizar outras oportunidades de inserção internacional. Em particular, é chegada a hora da Universidade se conectar ao amplo e articulado movimento internacional hoje conhecido como “comércio equânime e solidário”, uma rede de distribuição de produtos – alimentícios, têxteis, artesanato, cosméticos, vestuário, decoração etc – procedentes de projetos e programas – de agricultura familiar, cooperativas, artesanato etc. – desenvolvidos com a interveniência de organizações não-governamentais (ONG's) e de instituições oficiais (inclusive universidades) e bancos oficiais, com aplicação de modalidades de produção e distribuição caracterizadas pelo *no-profit*. E, também, atuar em uma ampla rede de cooperação internacional para o desenvolvimento regional, para a implementação de políticas públicas, e para a atualização que o novo século XXI espera das instituições de educação superior.

Nesse sentido, os setores acadêmicos – destaque aqui para as ACI's/DRI's e PROEX's – podem participar de um movimento articulado, nas Universidades para:

- Participação indissociável ensino–pesquisa–extensão em todas as oportunidades de cooperação;

- Realização de uma campanha de sensibilização da comunidade universitária para a importância das experiências institucionais internacionais;

- Realização de um mapeamento internacional com o objetivo de aumentar significativamente e fortalecer as oportunidades de bolsas para estudantes, pesquisadores e docentes;

- Revisão e atualização de convênios com universidades estrangeiras, já em vigor, com destaque para a revitalização da cooperação técnica, científica e cultural;

- Implementação de acordos e convênios, tendo em vista novas formas de organização internacional, como o Mercosul e a União Européia;

- Incentivo a grupos de pesquisa consolidados para que se registrem e se apresentem institucionalmente como referência temática/cultural/profissional, facilitadores de novos contatos, acordos e/ou convênios;

- Referência, nas áreas da organização tecnológica e social – economia solidária, tecnologias apropriadas, empresa júnior, cooperativas, incubadoras de base tecnológica, centros e parques tecnológicos etc, visando o desenvolvimento regional sustentado;

- Articulação cultural, "não-ornamental" de eventos, mas integrantes de movimentos e espaços, internacionalmente interativos, de literatura, música, artes plásticas e cênicas etc (nesse aspecto, podem ser citadas algumas experiências brasileiras dos festivais universitários, com suas oficinas internacionais de arte contemporânea, entre outras ações: o Festival de Inverno da Universidade Federal de Minas Gerais, em Diamantina – MG, o Festival de

Inverno da Universidade Federal do Paraná, em Antonina – PR, o Inverno Cultural da Universidade Federal de São João del Rei, em São João del Rei – MG, apenas como exemplos);

- Estabelecimento de convênios com editoras universitárias européias e das Américas, com o objetivo de realizar distribuição e venda de títulos produzidos e distribuídos pelas respectivas editoras e livrarias;

- Criação de espaços interculturais nas Instituições de Educação Superior, como a Casa da Cultura da América Latina, coordenada e gerenciada pelo Decanato de Extensão da Universidade de Brasília (UnB);

- Criação de programas e atividades acadêmicas, culturais e científicas com o apoio de órgãos consulares, diplomáticos e ONGs;

Apoio à realização e registro de eventos e cursos aplicados à temática da cooperação internacional.

- Divulgação de oportunidades acadêmicas oferecidas por órgãos de fomento internacionais (bolsas de estudos e programas de fomento internacionais), especialmente voltadas para as áreas de ensino, pesquisa e extensão universitária.

- Indução ao estabelecimento de parcerias com o objetivo de identificar áreas estratégicas para a cooperação temática.

Para essas estratégias, é de maior importância o apoio à participação das Universidades em organizações e eventos internacionais, tais como:

- Asociación Latinoamericana de Extensión Universitaria, que congrega, por adesão, universidades públicas, filantrópicas e particulares, com sede itinerante, a cada dois anos – : no período 2002-2004, sob responsabilidade da Universidad Católica de Cali, Colômbia, e com um colegiado internacional formado por representantes dos países membros. A atual representação brasileira está sendo exercida pela presidência do Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras. A Asociación realiza, nos anos ímpares, o Congresso Ibero-americano de Extensão. Já tendo sido organizado em Cuba, Costa Rica, Brasil, Venezuela, México e Argentina, o próximo VIII Congresso deverá ser sediado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em novembro de 2005;

- Asociación Universidades Grupo Montevideo, da qual participam, no Brasil, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal do Paraná, a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade Federal de Santa Maria, a Universidade Federal de São Carlos e a Universidade de Campinas, e universidades de outros países – Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile;

- Outras Redes e Grupos podem ser exemplificados: Rede Alfa, Grupo Coimbra, Grupo Tordesilhas, Grupo dos 30, Grupo Columbus, União das Universidades da América Latina (UDUAL), Associação das Universidades dos Países de Língua Portuguesa (AULP).

Outros eventos internacionais devem ser apoiados e difundidos, como o Congresso Euro-Latinoamericano de Universidades, os Encontros da AULP, do Grupo Tordesilhas, entre outros.

Um terceiro núcleo de atividades colaborativas inclui o desenvolvimento de programas e projetos especiais. Citam-se, como exemplo, os seguintes:

- Programa sem Fronteiras – UFMG – Hospede um Estrangeiro, destinado a facilitar o acolhimento de estudantes e professores em missão de intercâmbio;

- Programa de Bolsas “Paula Vargas” – programa de apoio a estudantes provenientes da África de língua portuguesa que cursam a graduação na UFMG. É uma iniciativa da UFMG, UNESCO e do Embaixador Israel Vargas;

- Fundo Fundep para a Internacionalização – Programa que apóia iniciativas de docentes da UFMG através de uma linha de financiamento para contrapartida da instituição

em redes e convênios internacionais temáticas e/ou multidisciplinares cujas demandas não são contempladas por agências de fomento;

- Projeto ARGOLAS – Unindo dois Continentes, cooperação Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e o Governo de Angola, com a interveniência do Ministério das Relações Exteriores/Itamarati, do Brasil;

- Programa de Rastreamento Neonatal, para erros inatos do metabolismo e anemia falciforme (Teste do Pezinho), implantado em larga escala em Minas Gerais, atendendo gratuitamente à população usuária do Sistema Único de Saúde, diagnosticando e prevenindo ou tratando, precocemente, problemas que potencialmente causam graves problemas de saúde, como o retardo mental. Esse programa é desenvolvido pela UFMG, por meio do Núcleo de Pesquisas em Diagnóstico (NUPAD), em cooperação com o Governo de Cuba;

- Formação de centros colaborativos internacionais, como a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade Estadual de Londrina fazem parte da Rede de Escolas e Instituições de Saúde orientadas para a Comunidade, sendo cada uma delas, um Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde/Organização Panamericana de Saúde para Ensino e Prática Médica.

Os exemplos apontados, tomados também em função da experiência na UFMG, na falta de um diretório nacional com registro dessas atividades, fazem parte apenas de uma lista possivelmente ampla e que deve merecer uma atenção especial das assessorias e dos fóruns acadêmicos, no sentido de registrar e promover o intercâmbio de experiências. Como área acadêmica essencial, a extensão universitária, no plano local, regional e nacional deve inserir a cooperação internacional como um dos aspectos de sua atuação institucional.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. REFORMA UNIVERSITÁRIA: PROPOSTA DA ANDIFES PARA A REESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL. 2004 Disponível em <http://www.andifes.org.br>. Acesso em 10 de junho de 2004.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus, UESC, 2001. 65 p. - (Coleção Extensão Universitária; v. 1)

_____. Sistema de Dados e Informações da Extensão. Rio de Janeiro: NAPE, UERJ, 2001. 83 p. - (Coleção Extensão Universitária; v. 2)

_____. Avaliação da Extensão Universitária. Brasília: MEC/SESu, 2002. 97 p. - (Coleção Extensão Universitária; v. 3)

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Rede Nacional de Extensão – RENEX. Apresenta endereços, notícias, documentos e informações sobre a extensão nas universidades públicas brasileiras. Disponível em <http://www.renex.org.br>

FÓRUM DAS ASSESSORIAS DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS. FAUBAI. Apresenta endereços, notícias, documentos e informações. Disponível em <http://www.faubai.org.br>

NOGUEIRA M. D. P. (org.) Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas. Documentos básicos do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das universidades Públicas Brasileiras 1987-2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG/, 2000. 194 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Diretoria de Relações Internacionais. Apresenta endereços, notícias, documentos e informações sobre a cooperação internacional na UFMG e contatos no exterior. Disponível em <http://www.ufmg.br/cointer>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Extensão. Apresenta endereços, notícias, documentos e informações sobre extensão universitária na UFMG,

Sistema de Informação SIEXBRASIL, Rede Nacional de Extensão e contatos com outras universidades. Disponível em <http://www.ufmg.br/proex>